



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
6ª Câmara de Coordenação e Revisão  
(Índios e Minorias)

**INFORMAÇÃO N.º 75-I/2004**

Brasília, 4 de outubro de 2004

**Referência:**

**Assunto:** Seminário sobre questão fundiária realizado pelo Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas

**Interessado:** Marco Paulo Fróes Schetinho

**Estagiária Assistente:** Júlia Otero dos Santos



Nos dias 15 e 16 de setembro de 2004, foi realizado no auditório da PGR um seminário e uma audiência pública em favor dos direitos indígenas. O evento contou com a presença de índios de 15 etnias de oito Estados do país e diversas autoridades ligadas à questão.

No primeiro dia, a mesa foi presidida pelo presidente da Coiab, Jecinaldo Saterê-Maué, e composta por representantes do Cimi, ISA, CIR e MPF.

Saulo Feitosa, representante do Cimi, começou sua explanação salientando a importância de se garantir um espaço para o debate e mencionando a reunião - ocorrida no dia anterior - com a DAF/Funai (Artur Nobre e Nádia Bindá). Saulo destacou o comportamento do governo nos processos de demarcação, analisando o discurso apresentado pelo atual governo de que faltam poucas terras para serem demarcadas e que a conclusão das demarcações ocorrerá até o final do mandato do Presidente Lula. Segundo a DAF, há 599 Terras Indígenas no Brasil, o levantamento do Cimi, ainda em fase de conclusão, aponta a existência de 835 TIs.

Para Saulo, os procedimentos demarcatórios não serão concluídos nesse governo. O desinteresse do governo pela questão indígena pode ser percebido a partir da atuação do Ministério da Justiça, onde 14 TIs estão apenas aguardando a portaria declaratória. Além da morosidade do MJ, outro problema levantado por Saulo, foi a prorrogação do prazo de entrega de vários relatórios. O da TI Tapeba, por exemplo, foi estendido em 638 dias!

A conclusão do expositor foi que o governo não está respondendo satisfatoriamente às demandas indígenas por demarcação.

Júlio Macuxi, representante do CIR, foi o segundo a falar. Ele lembrou da Marcha dos 500 anos, quando o governo FHC mandou a polícia se confrontar com os índios. Para ele, o governo quer acabar com os povos indígenas lentamente. E estão conseguindo porque estão diminuindo Terras Indígenas (por meio de prorrogações de entrega de relatório, falta de homologações e atrasos na publicação de portarias declaratórias). Como disse Júlio: "esse dado está afetando minha Terra Raposa Serra do Sol".

Um fato bastante preocupante mencionado por ele diz respeito à união de bancadas anti-indígenas no Brasil (RR, BA, MT, MS, SC), as quais estão utilizando o Judiciário quando têm seus interesses ameaçados. "O governo não interfere, não faz nenhuma ação contra o Judiciário".

Júlio encerrou sua fala, reforçando a conclusão de Saulo: o governo não está correspondendo às demandas dos povos, principalmente, na questão fundiária.

Em seguida, Fernando Ferola falou em nome do ISA. Ele sugeriu, como estratégia de aumento de pressão, investir no MJ, uma vez que é esse o órgão responsável pelo engavetamento dos procedimentos. O expositor chamou a atenção para o fato de que Lula demarcou por volta de 30 TIs, sendo que, talvez, TODAS, tenham sido identificadas no governo FHC. O trabalho do atual Presidente foi somente finalizar o trabalho realizado no governo anterior. Isso demonstra como o

grau de comprometimento em relação à instituição de grupos de trabalho e às portarias declaratórias é demasiadamente fraco.

Outro ponto levantado por Fernando foi a militarização da política indigenista de um ano para cá. O grupo encarregado de discutir essa política acabou ficando vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional. A doutrina militar vem ganhando muito espaço na mídia, como, por exemplo, no caso da discussão sobre demarcação de TI em faixa de fronteira.

Fernando ressaltou a importância da Convenção 169 da OIT. Segundo ele, a Convenção é um instrumento importante para a luta dos povos indígenas e deve ser mais utilizada. As ações devem ser levadas à Justiça com base na Convenção. Para Fernando, nesse ponto, o Ministério Público Federal tem um papel fundamental.

As discussões em torno da mineração também têm crescido com base na idéia de que a questão indígena é um problema de segurança nacional. O caso Cinta Larga gerou um frenesi para regulamentá-la. É imprescindível fazer uma separação entre garimpo indígena - discussão que deve ser priorizada - e mineração por empresas.

Por último, Fernando mencionou o Poder Legislativo, o qual estaria correndo mais atrás do prejuízo (dos interesses das bancadas que entram em conflito direto com os índios) que propondo coisas novas.

O último componente da mesa a falar foi o Analista Pericial em Antropologia do MPF, Marco Paulo Fróes Schetinno. Inicialmente, ele fez um breve histórico da chegada dos europeus ao Brasil e do contato entre essa população e os índios. Afirmou que nunca houve realmente um governo que abraçasse a causa indígena.

Na análise do governo Lula, Marco Paulo abordou dois aspectos que seriam fundamentais para entendermos a atual política indigenista: o envio dos procedimentos demarcatórios para o Conselho de Defesa Nacional e a não homologação de Raposa Serra do Sol. Essa TI virou uma moeda de troca no Legislativo (como votos para as Reformas propostas pelo governo) e foi lembrada diversas vezes nos dois dias de evento.

Marco Paulo também discorreu sobre a militarização da política indigenista. Afirmou que quem dita hoje as regras da questão indígena é o Gabinete de Segurança Institucional. Argumentou que não há nenhuma veracidade nas afirmações de que os índios são uma ameaça à fronteira nacional. Segundo informações da própria Polícia Federal, as drogas e armas entram por cidades (como, por exemplo, Tabatinga -AM, Ponta Porã - MG e Foz do Iguaçu - PR), ou seja, em fronteiras habitadas por brancos e não índios.

O Analista Pericial fez referência a alguns fatos graves ocorridos nesse governo, como a revisão da TI Baú, da etnia Kayapó, com perda de mais 300.000 ha para a comunidade (inclusive, com propostas de compra de terra indígena pelos município) e a pressão do governo de Mato Grosso. Segundo Marco Paulo, o governador do Mato Grosso mandou uma carta para o Ministério da Justiça dizendo não querer mais demarcações em "seu" Estado. Após esse episódio, o GT de identificação da TI Sangradouro foi suspenso.

Ao finalizar sua exposição, o representante do MPF, afirmou que dois fatos marcam esse governo: os militares decidindo os rumos da política indigenista e o atravancamento das demarcações no MJ. Para se ter uma idéia, no governo FHC, o Ministério declarou em média 14 portarias por ano, enquanto que no governo Lula foram declaradas apenas três, em 2003, (sendo que uma foi reduzida, a TI Baú) e duas, até esse momento, em 2004.

Antes de as lideranças relatarem os problemas que vêm enfrentando, Jecinaldo Saterê-Maué disse que o governo do Presidente Lula está sendo um traidor e que a luta indígena é válida pela história dos povos, da morte de lideranças. "Hoje é nossa responsabilidade, está nas nossas mãos levar essa luta para frente".

A primeira liderança a falar pertencia a etnia Guajajara (MA). O Cacique (?) comentou que no encontro com a Funai - no mesmo dia - ficou claro que o problema dos índios brasileiros é terra, terra livre, terra homologada. Ele afirmou "nós precisamos viver e vamos viver".

Em seguida o Cacique Francisco Siqueira, de Amapu no Acre disse ter vindo pedir apoio "para que um dia nós mesmos façamos a demarcação de nossas terras". Rosalindo Martins, do povo Guarani Ñandeva (MS), afirmou que a terra é a mãe e o pai de seu povo e que não é possível viver sem ela.

Ramon Terena, Mato Grosso do Sul (município de Miranda) disse: "viemos com um objetivo e esse objetivo é sobre a demarcação das nossas Terras Indígenas. Nada do que Lula disse para nós no dia da audiência pública foi cumprido". E ainda: "nós não sabemos criar gado, não sabemos lutar com máquinas pesada. Ramon também afirmou que os índios vieram pedir o apoio do Ministério Público. Sua comunidade, com 5000 habitantes (excetuando os que moram na periferia), vive em 2700 ha. Os estudos demarcatórios de sua terra, a TI Cachoeirinha, já foram concluídos, embora o processo esteja há quatro meses no Ministério da Justiça.

Também do município de Miranda, Deli Terena, da Aldeia Lalima, contou que seu povo está na luta pela terra desde 1981. Acentuou o caráter coletivo da luta dos povos indígenas: "o nosso único objetivo é o mesmo". Deli também mencionou a reunião com a Funai, na qual ficou sabendo que, passados seis ou sete anos de luta enquanto esperava o relatório de demarcação, seu grupo terá que reivindicar um novo grupo técnico. Segundo ele, dentre todos os movimentos sociais, o mais discriminado é o indígena.

Ládio Guarani Kaiowá, filho do líder que morreu assassinado, Marcos Veron, contou um pouco sobre o sofrimentos que os Guarani vêm passando. Falou sobre a existência de vários acampamentos, sobre a impossibilidade dos velhos e crianças serem sepultados na sua terra, e sobre o desmatamento das florestas. Em 1999, foi realizado estudo antropológico em sua terra. Reclamou que os relatórios de muitas áreas que foram identificadas estão parados e afirmou: "se até esse ano não acontecer nenhuma demarcação, nós vamos fazer".

Antônio Apinagé, de Tocantins, abordou alguns pontos que considerou problemáticos. Para ele, a situação mais grave é a construção de barragens que afetam Apinagés, Krahôs e Carajás. Outro plano muito danoso é o das hidrovias, o qual,

segundo Antônio, "está sendo colocado pra frente disfarçadamente pelo Lula". As plantações de soja também foram criticadas por causarem desmatamento e conseqüentemente, ameaçar as fontes de água. Nas palavras de Antônio, "todo o bioma do cerrado está sendo comprometido". "A gente quer participar, quer saber para quem é esse desenvolvimento do plano de soja".

Antônio ainda lamentou problemas enfrentados por vários povos: a sobreposição da Unidade de Conservação Porto Velho na ilha do Bananal vai prejudicar o povo Javaé; as dificuldades dos Krahô-Kanela, fora de sua terra há mais de 30 anos; o "quase extermínio" do povo Avá-Canoeiro, atingido pela barragem Serra da Mesa; o desmatamento avançado no território Krahô. Encerrou sua fala mencionando a TI Raposa Serra do Sol: "até esse momento, o governo Lula não teve coragem de homologar, essa terra que criou toda uma simbologia na política indigenista (...). A partir de agora, vai ter que ser na porrada".

Após Antônio Apinagé, Zezinho Kuipancá, do sertão de Alagoas, foi quem falou. Conclamou os povos do Brasil a se unirem e perguntou que negociação está sendo feita no caso da TI Jeripancó, pela qual seu grupo luta há mais de 20 anos, embora o processo esteja engavetado. Cicinho Jeripancó falou sobre a preocupação com a demarcação dos territórios indígenas e sobre o sofrimento sentido por serem obrigados a serem arrendatários em sua própria terra. Afirmou também que "o sistema judicial está voltado para os grandes". Sobre a TI Jeripancó, Cicinho disse que a Funai não recebeu nem a versão preliminar do relatório do GT formado em 2001, mostrando-se apreensivo com a possibilidade de se constituir um novo GT.

Gil Pataxó, do sul da Bahia, também falou sobre a demarcação de sua terra. Segundo ele, o relatório escrito pela professora Maria do Rosário deveria ter sido entregue há cinco anos. Outro problema levantado por Gil foi a plantação de eucalipto conduzida pela Veracel em área indígena. Encerrou dizendo que "como nós nos unimos em Coroa Vermelha nos 500 anos, podemos nos reunir de novo".

Em seguida, foi a vez do Cacique Guarani Piripitá, da Aldeia de Dourados (MS) que falou sobre a luta pela demarcação e revisão de limites de sua terra. A comunidade tem 2500 habitantes ocupando uma área de cerca de 3000 ha. Seu povo reivindica a retirada dos invasores brancos. Wellington Tapuia, da Bahia, resumiu o sentimento geral dos índios presentes: "nosso assunto hoje é terra e terra tem sido um problema enfrentado por todos nós".

Ovair Pataxó (BA) reclamou da atuação do Governo Federal e do Ibama. O órgão ambiental, segundo ele, proíbe as formas tradicionais de trabalho do seu povo, como a caça e a pesca. Ovair também se queixou da Veracel. As plantações de eucalipto estão secando as águas.

Quando tive que me ausentar do seminário, Sílvio Paulo Terena começou a falar. Outros índios falaram depois dele.

A audiência pública, no dia seguinte, contou com a participação de representantes da Funai, Funasa, AGU, MPF entre outros órgãos que lidam diretamente com a questão indígena. Os índios levaram suas reivindicações e puderam fazer perguntas para os membros da mesa. As reivindicações foram, na maioria das vezes, as mesmas do dia anterior.

Ficou claro, ao longo das exposições, que o problema mais grave enfrentado pelos povos indígenas, é fundiário. As demandas por demarcação, retirada de invasores e controle ambiental dos territórios é unânime. O desapontamento com o Governo Lula também ficou evidente. A demora dos processos no Ministério da Justiça e a militarização da questão indígena são percebidas, tanto pelos indígenas quanto pelas pessoas envolvidas no tema, como uma forma de inviabilizar a presença indígena em suas terras e favorecer os interesses de uma elite agrária.

Outro ponto interessante foi o encontro de diversas etnias de diferentes Estados. Os índios puderam ter uma noção mais ampla de como a política indígena está sendo executada pelo governo. Os casos deixaram de ser isolados, podendo ser

encarados numa perspectiva mais generalizada, o que possibilita uma percepção de que a luta por direitos pode ser conduzida em conjunto. As falas demonstraram o reconhecimento das demandas dos diversos povos e a disponibilidade de juntar forças para alcançar os objetivos. Assim, as reivindicações podem ser analisadas como parte de uma conjuntura maior e não como casos isolados.

Essa união das vozes indígenas é certamente uma maneira de aumentar a pressão sobre o governo. Os resultados do seminário puderam ser vistos em menos de uma semana após sua realização, quando seis portarias declaratórias foram assinadas pelo Ministro. O encontro de várias etnias, proporcionado pelo Fórum, possibilitou aos índios, além de terem suas demandas ouvidas, o conhecimento da realidade de outros povos - dos "parentes" - e percebê-la como muito próxima da sua, o que desperta um sentimento de união e pode vir a tornar o movimento indígena um movimento mais coeso e respeitado.

É a informação.

**Júlia Otero dos Santos**  
**Estagiária em Antropologia**